



Carta de Apresentação

O Movimento pela Proteção Integral de Crianças e Adolescentes, coletivo de indivíduos, movimentos sociais e entidades organizado para promover a defesa e o cumprimento do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), e a vigência da Proteção Integral enquanto referência cultural e doutrinária para a garantia de direitos de crianças e adolescentes, surgiu em novembro de 2017 a partir de debates sobre proposições legislativas que despertavam preocupação quanto a retrocessos e rupturas no processo histórico da construção desses mesmos direitos.

O Coletivo já ultrapassa a marca de oitenta entidades e duzentos profissionais ligados à promoção e à defesa de direitos infanto-juvenis e Direitos Humanos, com diversas frentes de extensão regionais e nacional, órgãos de classe, conselhos profissionais, institutos, outros movimentos sociais, Fóruns da Criança e do Adolescente, instituições do Sistema de Justiça, grupos de apoio à adoção, grupos de estudo e pesquisa, universidades, pessoas da sociedade civil, pretendentes à adoção e pais e mães adotivos/as, entre outros.

O Movimento emerge de contexto social, institucional e político fortemente atravessado por determinações históricas que tem influenciado a visão de todo o conjunto da sociedade sobre os processos de reconhecimento (e, por seu reverso, também os de negação) de crianças e adolescentes como sujeitos de direito e destinatários de atenção com a mais absoluta prioridade.

Desse panorama, verificamos os efeitos de um caldo de cultura que faz persistir na sociedade – desde as relações familiares mais íntimas até as práticas institucionais globais e de alcance macrossocial – resquícios do velho menorismo, que orienta, a despeito dos marcos

legais e políticos atualmente vigentes, pensamentos e ações que ainda mantêm a criança e o adolescente como objetos de tutela dos adultos.

Sabemos que a perspectiva tutelar permeia valores e visões de mundo parelhas a outros fenômenos sócio-históricos também orientadores de relações de dominação e controle da população, sobretudo de seus membros mais vulneráveis, como o higienismo, o patriarcalismo, o patrimonialismo, o machismo, o racismo, a homofobia, a xenofobia etc. sustentando o epifenômeno da violência estrutural, recaindo sobre a população mais vulnerabilizada pela desigualdade social e mais inatingida por serviços e políticas públicas, os efeitos das rupturas de vínculos socioafetivos, da criminalização da pobreza, da letalidade da ação estatal contra adolescentes, do encarceramento em massa etc.

Analisamos que as movimentações neoconservadoras, orientadas para o punitivismo e o segregacionismo, têm apresentado à sociedade, na forma de projetos de lei e outras iniciativas, uma nova roupagem para o que seria proteção, mas que na verdade desconstrói a Proteção Integral enquanto doutrina e legitima a histórica ausência do Estado junto a crianças e adolescentes e suas famílias. Portanto, este conjunto de questões exigem a defesa da laicidade do Estado, a participação popular e a democracia.

Assim, tomamos como marco de fundação a missão de reafirmar o Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA como marco ético-político de cuidado nas relações sociais e institucionais, e, dessa forma, defender e promover a vigência da Proteção Integral de crianças e adolescentes como paradigma em todas as dimensões do convívio das famílias, sociedade e Estado.

Afirmamos como nossos princípios:

1. A defesa dos direitos fundamentais de crianças e adolescentes e das responsabilidades do Estado para garantia da proteção integral;
2. A defesa da criança e do adolescente como sujeitos de direitos em fase peculiar de desenvolvimento em detrimento da lógica tutelar;
3. A contraposição a perspectiva menorista, moralista e punitivista que marcam as tentativas de desconfigurar as conquistas históricas que representou a promulgação do ECA.

Para tanto, o Movimento tem se reunido, debatido e produzido posicionamentos formais, através de manifestações, ações e notas públicas, sobre projetos de lei que aviltam as premissas do paradigma da Proteção Integral, instituído pela Constituição Federal de 1988.

Também procuramos estar em diálogo com a sociedade junto a instâncias legislativas, em audiências públicas, diálogos com autoridades e comissões legislativas, presença nos meios digitais e de comunicação tradicional, e ainda através de campanhas de mobilização da sociedade civil, autonomamente ou em parceria com seus membros integrantes.

Adesões

Para aderir, a instituição ou indivíduo que se identifique com os princípios do Movimento deverá enviar o “pedido de adesão” ao endereço eletrônico abaixo indicado, indicando o nome da instituição ou pessoa, profissão, número de telefone e e-mail para contato.

Contato

Página do facebook: /movimentopelaproteçãointegral

E-mail: movimentoprotecaointegral@gmail.com